

IRÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃO

Chefe de Estado:	Líder da República Islâmica do Irão: Ayatollah Sayed 'Ali Khamenei
Chefe de Governo:	Presidente: Dr Mahmoud Ahmadinejad
Pena de morte:	retencionista
População:	72,2 milhões
Esperança média de vida:	70,2 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):	35/34 por 1.000
Taxa de literacia nos adultos:	82,4 por cento

As autoridades mantiveram restrições apertadas à liberdade de expressão, de associação e de reunião. Reprimiram os activistas da sociedade civil, incluindo os defensores dos direitos das mulheres e outros defensores dos direitos humanos, bem como os defensores das minorias. Activistas foram presos e julgados, frequentemente através de processos judiciais injustos, proibidos de viajar para o estrangeiro, e os seus encontros foram boicotados. A tortura e outras formas de maus-tratos de detidos eram comuns e cometidas com impunidade. Foi relatada a aplicação de sentenças de flagelação e amputação de membros. Houve conhecimento de que pelo menos 346 pessoas foram executadas, embora o número real tenha sido provavelmente superior. Dois homens foram executados por apedrejamento. Entre os executados estavam oito delinquentes juvenis.

Antecedentes

Houve descontentamento continuado entre as principais minorias étnicas do Irão, principalmente entre as comunidades azeris, baluches e curdas, por causa da marginalização a que foram votadas e do fracasso do governo em garantir os seus direitos económicos, sociais e culturais, bem como os seus direitos civis e políticos.

O governo propôs alterações ao Código Penal e outras leis que, se fossem ratificadas, iriam causar uma erosão ainda maior dos direitos humanos.

Manteve-se a tensão internacional por causa do programa nuclear iraniano. Em Março, o Conselho de Segurança da ONU aprovou o alargamento das sanções económicas e políticas impostas ao Irão nos anos anteriores.

Continuaram as críticas internacionais por causa das violações dos direitos humanos. Num relatório divulgado em Outubro, o Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon exortou o governo a garantir a conformidade das leis iranianas com os padrões internacionais e a acabar com a discriminação contra as mulheres e as minorias étnicas e religiosas. Em Novembro, a Assembleia-Geral da ONU instou o governo a acabar com a perseguição e intimidação de opositores políticos e defensores dos direitos humanos, a garantir o direito a processos judiciais justos e a acabar com a impunidade para as violações dos direitos humanos. Instou ainda o governo a facilitar as visitas dos órgãos de defesa dos direitos humanos da ONU.

Defensores dos direitos humanos

Os defensores dos direitos humanos foram perseguidos e intimidados, mas continuaram a fazer pressão para um maior respeito pelos direitos das mulheres e das minorias étnicas e para o fim das execuções de delinquentes juvenis. Alguns foram detidos e condenados a penas de prisão com base em acusações vagas; outros foram proibidos de viajar para o estrangeiro.

Shirin Ebadi, Prémio Nobel da Paz e co-fundadora do Centro dos Defensores dos Direitos Humanos (CHRD) de Teerão, foi alvo de cada vez mais perseguições, ameaças e intimidação por parte de organismos estatais. A 29 de Dezembro, agentes alegando ser fiscais das finanças invadiram o seu gabinete e levaram consigo ficheiros confidenciais sobre os seus clientes.

Em Dezembro, o CHRD foi encerrado à força por agentes dos serviços de segurança pouco antes de o centro acolher um evento destinado a assinalar o 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Emadeddin Baghi, presidente da Associação de Defesa dos Direitos dos Prisioneiros (ADPR), foi libertado em Outubro após cumprir uma sentença que lhe foi injustamente aplicada em 2003 por “ameaça à segurança nacional”, na sequência de críticas que fez sobre a aplicação da pena de morte. Inicialmente, a sentença tinha sido suspensa. Os responsáveis prisionais adiaram o tratamento médico urgente de que necessitava, embora tenha sido autorizado a sair da cadeia por motivos médicos. Emadeddin Baghi e membros da sua família foram ilibados, por um tribunal da relação, de acusações adicionais relacionadas com o seu trabalho de defesa dos direitos humanos, mas o poder judicial enviou o caso para outro tribunal para ser investigado. Em Novembro, Emadeddin Baghi começou a ser julgado por acusações relacionadas com o seu trabalho na ADPR.

Discriminação contra as mulheres

As mulheres continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática, e aqueles que fizeram campanha pelos seus direitos foram alvo da repressão do Estado. O Parlamento debateu legislação que, se fosse implementada, limitaria o acesso das mulheres à educação universitária da sua escolha através da imposição de novas restrições residenciais. Os controversos artigos sobre o casamento incluídos na proposta de legislação foram retirados devido à pressão dos defensores dos direitos das mulheres. As autoridades encerraram o jornal *Zanan* (Mulheres), bloquearam websites relacionados com os direitos das mulheres e boicotaram encontros pacíficos de activistas dos direitos das mulheres, como o encontro dos membros da Campanha para a Igualdade, que exige o fim da discriminação contra as mulheres.

Em Fevereiro, o Relator Especial da ONU para a violência contra as mulheres, para as suas causas e consequências informou que o Governo iraniano não respondeu a um único pedido de comunicação feito no ano de 2007. Em Novembro, o Relator criticou o Irão pela repressão dos defensores dos direitos das mulheres.

Dezenas de activistas dos direitos das mulheres foram detidos, interrogados e alguns foram julgados por causa das suas actividades pacíficas, incluindo cerca de 10 que foram condenados pelos tribunais inferiores a penas de prisão e, em pelo menos dois dos casos, a flagelação.

Maryam Hosseinkhah, Parvin Ardalan, Jelveh Javaheri e Nahid Kesharvarz foram condenadas a penas de seis meses de prisão em Setembro. Foram condenadas por “difundir propaganda contra o Estado”, mas permaneceram em liberdade a aguardar o desfecho dos recursos apresentados. Foram acusadas por causa de artigos que escreveram para o website da Campanha para a Igualdade e para o *Zanestan*, um website a favor dos direitos das mulheres encerrado pelas autoridades em 2007.

Liberdade de expressão e de associação

As autoridades continuaram a reprimir a dissidência, restringindo o acesso à Internet, proibindo a circulação de jornais e boletins estudantis e perseguindo jornalistas cujas notícias consideravam críticas. Responsáveis oficiais perseguiram, intimidaram e prenderam professores universitários, sindicalistas e estudantes que defenderam a introdução de reformas.

Dezenas de estudantes foram suspensos ou expulsos da universidade por apoiarem os grupos pró-reformistas e os direitos dos alunos suspensos. Outros foram detidos, possivelmente como prisioneiros de consciência, por participarem em manifestações.

As autoridades perseguiram e intimidaram pessoas por causa da sua aparência. Milhares de candidatos foram afastados das eleições parlamentares de Março ao abrigo da discriminatória prática de *gozinesh*, ou selecção, que afecta – por motivos de opinião política ou fé religiosa – a igualdade de oportunidades daqueles que procuram emprego no sector público.

Em Agosto, as forças de segurança travaram à força um encontro pacífico num cemitério de Teerão para assinalar o 20º aniversário das execuções em massa que começaram em 1988

e pelas quais ninguém foi responsabilizado. Pelo menos três pessoas foram posteriormente condenadas a penas de prisão por participarem na comemoração ou por tencionarem fazê-lo.

Discriminação – repressão de minorias

A utilização de línguas minoritárias em escolas e edifícios governamentais continuou a ser proibida. Aqueles que fizeram campanha a favor de uma maior participação política ou de um reconhecimento dos direitos económicos sociais e culturais das minorias enfrentaram ameaças e detenções. Membros de grupos minoritários viram ser-lhes negado o direito ao emprego no sector público ao abrigo da legislação *gozinesh*. Muitas mulheres estavam duplamente em desvantagem, como membros de uma minoria étnica ou de um grupo religioso marginalizado e por causa do estatuto subalterno das mulheres em algumas comunidades, como nas comunidades baluches ou curdas.

Árabes

Membros da comunidade árabe Ahwazi continuaram a protestar contra a discriminação de que eram alvo, principalmente no acesso aos recursos.

☞ Ma'soumeh Ka'bi e os seus cinco filhos foram imediatamente detidos após terem sido devolvidos à força da Síria para o Irão, em Outubro, aparentemente para pressionar o seu marido, um activista árabe Ahwazi, a deixar a Europa para regressar ao Irão e entregar-se às autoridades.

Azeris

Activistas continuaram a fazer campanha para a utilização do turco azerbaijano nas escolas e nos serviços governamentais das regiões onde vive a minoria azeri iraniana. Dezenas de activistas foram detidos em Fevereiro em relação com as manifestações que tiveram lugar por ocasião do Dia Internacional da Língua Materna.

☞ Quatro activistas foram mantidos em detenção na solitária entre Setembro e Novembro, acusados de “agir contra a segurança nacional”. Faziam parte de um grupo de 18 pessoas detidas para aparentemente travar um boicote de um dia às escolas e universidades em protesto contra a ausência de aulas de turco azerbaijano. O seu destino era desconhecido.

☞ Em Dezembro, Asgar Akbarzadeh foi condenado por um tribunal de Ardebil a cinco anos de cadeia, a serem cumpridos na província de Sistan-Baluchistão, pela acusação de criar um partido político ilegal, preparar e distribuir documentos “pan-turcos”, participar em encontros associados com a cultura azeri, incluindo danças folclóricas azeris, e enviar informações para websites de defesa dos direitos humanos.

Baluches

Nas regiões de maioria baluche, o Movimento de Resistência do Povo Iraniano (PMRI), um grupo armado também conhecido como Jondallah, levou a cabo confrontos esporádicos com as forças governamentais. Em Junho, o grupo capturou 15 ou 16 guardas fronteiriços iranianos. Um foi libertado, mas os restantes foram mortos pelo PRMI até Outubro. As autoridades tomaram medidas repressivas contra alegados membros e apoiantes do PRMI.

☞ Ya'qub Mehrnehad, activista baluche dos direitos cívicos e culturais e membro da Sociedade de Jovens Voz da Justiça, foi executado em Agosto após um julgamento flagrantemente injusto. Tinha sido detido por criticar as autoridades locais. Houve relatos de que foi torturado, impedido de falar com um advogado e condenado por ligações ao Jondallah por um tribunal de Zahedan.

Curdos

Membros do grupo armado Partido Para uma Vida Livre no Curdistão, conhecido pela sigla curda PJAK, continuaram a atacar as forças iranianas. Muitos curdos que foram detidos enfrentaram acusações de pertencerem ao PJAK ou a outros grupos, ou de apoiá-los. Alguns, como o professor Farzad Kamangar, que negou as acusações e foi torturado, foram condenados à morte na sequência de julgamentos injustos.

Os defensores de um maior reconhecimento da língua curda e dos direitos culturais e outros daquela minoria foram detidos e condenados a penas de prisão na sequência de julgamentos injustos.

As autoridades não tomaram medidas adequadas para resolver o antigo problema da protecção das mulheres contra a violência no seio familiar, apesar da continuação dos altos índices de

casos de mulheres que pegaram fogo a si próprias, muitas vezes fatalmente, porque eram alvo daquele tipo de violência.

Mais de 50 presos entraram em greve de fome entre Agosto e Outubro para protestarem contra a utilização de pena de morte contra presos políticos curdos e para exigirem o respeito pelos direitos cívicos dos prisioneiros curdos.

☞ Mohammad Sadiq Kabudvand, fundador e presidente da Organização dos Direitos Humanos do Curdistão, detido desde Julho de 2007, foi condenado a 11 anos de cadeia em Maio, na sequência de um julgamento injusto sob as acusações de “propaganda contra o sistema” e “agir contra a segurança do Estado ao criar a Organização dos Direitos Humanos do Curdistão”. Um tribunal da relação anulou a sentença de um ano por “propaganda contra o sistema” mas confirmou a sentença de 10 anos. Mohammad Sadiq Kabudvand não teve direito a receber a visita da família ou do advogado durante um período prolongado, e o tratamento médico de que necessitava foi adiado.

Turcomenos

Centenas de membros da minoria turcomena foram detidos em Janeiro, na sequência de protestos contra a morte de um jovem pescador turcomeno pelas forças de segurança marítimas no final de 2007, nos arredores de Bandar-e-Torkman. Os responsáveis pela sua morte não foram aparentemente trazidos perante a justiça até ao final do ano. Segundo as informações, pelo menos seis crianças menores de 15 anos foram detidas por um período de até 12 dias e torturadas, incluindo com espancamentos, violações com objectos e choques eléctricos.

Minorias religiosas

Membros de algumas minorias religiosas continuaram a ser vítimas de discriminação, perseguições, detenções arbitrárias e danos contra a propriedade comunitária. Alguns islamitas convertidos foram presos. Outros detidos antes de 2008 foram julgados; pelo menos dois foram absolvidos do crime de “apostasia” e acabaram por ser todos libertados. Os seguidores da fé Baha'i continuaram a não ter direito a educação superior, e alguns locais por eles considerados sagrados foram destruídos. Os líderes e outros membros da ordem sufi de Gonabad foram perseguidos e presos. Pelo menos três religiosos sunitas morreram em circunstâncias suspeitas; outros foram presos e dois foram executados. Um seminário sunita do Baluchistão foi destruído em Agosto. Os directores escolares eram obrigados a informar as forças de segurança locais sobre a presença, nas suas escolas, de membros de “seitas subversivas”, como os Baha'i, Ali-Ellahi e os Ahl-e Haq.

☞ Em Março e Maio, sete líderes comunitários Baha'i foram detidos por agentes do Ministério das Informações. Em Agosto, foram acusados de crimes vagamente definidos contra a segurança nacional. Todos eram prisioneiros de consciência.

☞ O ayatollah Hossein Kazemeyni Boroujerdi, responsável religioso crítico do governo, continuava preso, apesar da sua saúde debilitada, a cumprir a pena de 11 anos de prisão a que fora condenado na sequência de um julgamento injusto pelo Tribunal Especial para o Clero (SCC), em Agosto de 2007. A sentença incluía o exílio interno, tendo sido transferido, em Novembro, de Teerão para Yazd.

Sistema judicial

Dezenas de críticos do governo foram detidos, muitas vezes por agentes à paisana que não apresentaram qualquer tipo de identificação. Alguns foram detidos sem julgamento por longos períodos, longe do controlo do poder judicial, e houve relatos de que foram torturados ou vítimas de outros tipos de maus-tratos e de que não tiveram acesso a cuidados médicos, advogados ou às suas famílias. Outros foram condenados a penas de prisão na sequência de julgamentos injustos ou cumpriam penas impostas em anos anteriores.

☞ Os irmãos Arash e Kamiar Alaei, ambos médicos especializados na prevenção e tratamento do VIH e da SIDA, foram presos em Junho e ficaram detidos sem julgamento, possivelmente devido à sua ligação a ONGs sediadas nos EUA e pelas suas críticas à política do governo no combate ao VIH e à SIDA. Estes irmãos enfrentavam um julgamento injusto, agendado para 31 de Dezembro, sob a acusação de terem “cooperado” com um “governo inimigo” e de procurarem derrubar o Governo iraniano. Durante o julgamento, o procurador informou o

tribunal da existência de provas adicionais, secretas, que o advogado dos dois irmãos não teve oportunidade de refutar, porque o procurador não revelou em que consistiam.

📁 Mansour Ossanlu, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Autocarros de Teerão não-oficial, continuou a cumprir uma pena de prisão de cinco anos confirmada por um tribunal da relação em Outubro de 2007, relacionada com as suas actividades sindicalistas. Prisioneiro de consciência e gravemente doente, o tratamento médico de que necessitava foi adiado.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Os actos de tortura e maus-tratos de detidos eram comuns, facilitadas pelos longos períodos de prisão preventiva, pela recusa de acesso a advogados e à família e pelo enraizado padrão de impunidade para os perpetradores. Foram relatadas pelo menos quatro mortes sob custódia. Não havia conhecimento de que tivessem sido abertas investigações independentes a estes casos ou a outros dois ocorridos em 2007.

📁 Abdolreza Rajabi, apoiante da ilegalizada Organização dos Mojahedin do Povo do Irão, que tinha sido preso em 2001, morreu sob custódia em Outubro. Houve relatos de que terá sido torturado.

Castigos cruéis, desumanos e degradantes

Foram decretadas e cumpridas sentenças de flagelação e amputação de membros.

📁 Havia informações de que Amir Ali Mohammad Labaf, um dirigente sufi de Gonabad, teria sido condenado em Novembro por um tribunal de Qom a cinco anos de prisão, flagelação e exílio para Babak for “difundir mentiras”.

Pena de morte

Pelo menos 346 pessoas foram executadas, incluindo pelo menos oito delinquentes juvenis condenados por crimes cometidos quando tinham menos de 18 anos. O número real de execuções era provavelmente superior, uma vez que as autoridades limitavam as notícias sobre execuções. As execuções foram usadas para punir um vasto leque de crimes, incluindo homicídio, violação, tráfico de droga e corrupção. Pelo menos 133 delinquentes juvenis estavam ameaçados de execução, em violação clara do direito internacional. Muitos defensores iranianos dos direitos humanos fizeram campanha para tentar acabar com esta prática. As autoridades procuraram justificar as execuções pelos crimes de homicídio, afirmando que se tratava de *qesas* (retribuição), em vez de *edam* (execução), uma distinção não reconhecida pelo direito humanitário internacional. Em Janeiro, foi introduzida nova legislação prevendo a pena de morte ou flagelação para a produção de vídeos pornográficos, e uma proposta para punir a “apostasia” com a pena de morte foi discutida no Parlamento, mas não tinha sido aprovada no final de 2008.

Em Janeiro, o Chefe do Sistema Judicial ordenou o fim das execuções públicas na maior parte dos casos e, em Agosto, responsáveis judiciais anunciaram que as execuções por apedrejamento tinha sido suspensas, embora 10 pessoas condenadas à morte por lapidação continuassem no corredor da morte no final do ano e dois homens tivessem sido executados por apedrejamento em Dezembro.

Em Dezembro, o Irão votou contra uma resolução da Assembleia-Geral da ONU, apelando a uma moratória mundial das execuções.

Refugiados e requerentes de asilo



O Irão continuou a acolher quase 1 milhão de refugiados, na maioria provenientes do Afeganistão. Segundo o governo, outro milhão de pessoas estava no país ilegalmente.

📁 Pelo menos 12 cidadãos afegãos, que aparentemente regressavam do Irão ao Afeganistão, foram mortos a tiro pela guarda fronteiriça iraniana em Abril, em circunstâncias pouco claras.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

🚗 As autoridades não responderam a mais de 50 cartas enviadas pela Amnistia Internacional e recusaram discutir a possibilidade de uma visita da Amnistia Internacional ao país.

📄 Irão: Acabem com as execuções por apedrejamento (MDE 13/001/2008)

-  Irão: Defensores dos direitos das mulheres desafiam a repressão (MDE 13/018/2008)
-  Irão: Abusos dos direitos humanos contra a minoria curda (MDE 13/088/2008)